

25 de Novembro

CICLO DE COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS

O 25 de Novembro e a Democratização Portuguesa

**António Barreto, João Salgueiro, Luís Aires de Barros,
Luís Valença Pinto, Manuel Braga da Cruz, Vasco Rocha Vieira**

O 25 de Abril de 1974 iniciou o processo de democratização portuguesa. O 25 de Novembro de 1975, ao corrigir o desvio revolucionário, rectificando-o em sentido democrático, veio possibilitar a confirmação e continuidade desse processo, assegurando assim a transição para a democracia.

Ao pôr termo à “revolução socialista”, acelerada com o 11 de Março de 1975, o 25 de Novembro veio abrir condições para reorientar, em sentido democrático, o curso político e a feitura da Constituição.

O 25 de Novembro é o oposto, não do 25 de Abril, mas do 11 de Março. O que o 25 de Novembro veio destruir foram os excessos da pretensa “revolução socialista” e não as conquistas da “revolução democrática” de Abril. As forças políticas, que faziam seu o projecto de “revolução socialista”, invocam o 25 de Abril contra o 25 de Novembro, tentando incompatibilizar estas duas datas, identificando a primeira como uma abertura de um processo

revolucionário rumo ao “socialismo”.

O propósito do 25 de Abril foi a instauração de uma democracia pluralista, o início de um processo de descolonização pela autodeterminação, e a promoção do desenvolvimento, e não levar a cabo qualquer “revolução socialista”.

A forçada instauração de uma sociedade “socialista” foi propósito enxertado na transição, quando as forças revolucionárias começaram a liderar o processo político, dividindo o Movimento das Forças Armadas e dividindo o país. E se bem que o modelo desse regime “socialista” não fosse único nem comumente partilhado pelas forças revolucionárias – divididas entre o modelo soviético, o modelo chinês e o modelo do terceiro-mundo –, encontrou no entanto a firme oposição do socialismo

democrático, precisamente porque contrariava a democracia representativa, pela qual se fizera o 25 de Abril.

O 25 de Abril era democrático, não necessariamente “socialista”. Não visara a substituição de uma ditadura autoritária por qualquer outra ditadura socialista.

O 25 de Novembro, ao permitir a liberdade de escolha aos portugueses, veio repor a pureza original do 25 de Abril, a genuinidade dos propósitos que animaram o Movimento das Forças Armadas. Ocorreu quando as independências das antigas colónias estavam já consumadas. Veio repor a transição para a democracia pluralista, estabelecendo desse modo as condições para entender o desenvolvimento da sociedade portuguesa em termos novos e diversos, abrindo horizontes a uma integração europeia.

O 25 de Novembro não foi uma tentativa de contrariar mas sim de repor o 25 de Abril. Quando nesse mesmo dia Melo Antunes foi à televisão reivindicar a presença imprescindível do PCP e dos derrotados no 25 de Novembro no processo político da transição, estava precisamente a fazer a defesa da democratização, e a tentar impedir qualquer interpretação revanchista do 25 de Novembro, que o fizesse contrapor ao 25 de Abril, como alguns pretendiam.

Com o 25 de Novembro, o ideal democrático do 25 de Abril voltou a vigorar como orientação do processo de transição.

O 25 de Novembro teve reflexos desde logo nas Forças Armadas, normalizando-as, repondo a autoridade hierárquica e a disciplina, e promovendo a inclusão. Reformou-as e reorientou-as, levando-as da contra-subversão, em que se haviam especializado em África, para o cenário europeu moderno. Re-

cuperou a integração plena na NATO.

Teve imediatos reflexos na Assembleia Constituinte, a braços precisamente com o desenho do futuro sistema político. A renegociação do Pacto entre o MFA e os partidos, em novo acordo, vertido para o próprio texto constitucional, possibilitou a emergência do novo sistema político e de governo, caracterizado pela dupla legitimidade geral da presidência e do parlamento, e pela dupla responsabilidade do governo perante o Presidente e o parlamento, que viria a ser cunhado como “semi-presidencialismo”. E tornou possível a aprovação da nova Constituição, resultante de compromissos entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade eleitoral democrática, e a realização das primeiras eleições legislativas, autárquicas e presidenciais.

O 25 de Novembro, ocorrido logo após

a Conferência de Helsínquia, repercutiu-se na política externa, permitindo a aproximação à Europa democrática, e o início das conversações com vista a adesão à CEE.

Teve impacto na vida económica e financeira, desde logo no mundo rural, onde a reforma agrária colectivista se havia instaurado, possibilitando a retoma da iniciativa privada, se bem que de forma muito condicionada.

Possibilitou a política autonómica das regiões insulares. Disciplinou a vida académica nas universidades, nas demais escolas, permitindo a sua gestão democrática. E estabilizou progressivamente as instituições da administração pública.

40 anos volvidos, um grupo de cidadãos, oriundos de diversas áreas profissionais e de vários sectores de opinião, entendeu promover esta reflexão sobre uma data tão marcante da nossa vida democrática, cujo programa se apresenta:

PROGRAMA 25 DE NOVEMBRO CICLO DE COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS

17 SET. **SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA**
“Impactos do 25 de Novembro: Portugal no contexto europeu”
“Experiência e ensinamentos da adesão à União Europeia”
 Dr. João Salgueiro

27 OUT. | 18H **UNIVERSIDADE DA MADEIRA, FUNCHAL**
“A implantação da democracia em Portugal e a autonomia regional madeirense”
 Moderador: Maj-General Marco Serronha
“A evolução política de 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975”, Dr. Luís Amado
“A implantação da autonomia na RA da Madeira”
 Prof. Paquete de Oliveira

9 NOV. **SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA**
“Impactos do 25 de Novembro: Portugal no contexto europeu”
“Portugal: perspectivas históricas, características e tendências”, General Martins Barrento

11 NOV. | 18H **UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS**
“Impacto do 25 de Novembro na Assembleia Constituinte”
 Com Prof. Jorge Miranda, Dr. Pedro Roseta, Prof. Inácia Rezzola e Dr. David Castano

18 NOV. **ACADEMIA MILITAR, LISBOA**
“25 de Novembro: As Forças Armadas e a Consolidação da Democracia Portuguesa”
 Apresentação: Comandante da AM
 Abertura: Dr. Jaime Gama | Moderador: Prof. António Telo
 Encerramento: Prof. Nuno Severiano Teixeira,
 General Valença Pinto, General Loureiro dos Santos,
 Prof. Adriano Moreira

23 NOV. | 18H **SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL**
“O 25 de Novembro e a democracia portuguesa”
 Prof. Diogo Freitas do Amaral

26 NOV. **PALÁCIO DA BOLSA, PORTO**
“O 25 de Novembro e a região Norte”, General Tomé Pinto,
 Prof. Valente de Oliveira, Dr. Rui Moreira

28 NOV. | 18H30 **SALÃO NOBRE DA CÂMARA DE PONTA DELGADA**
“Impacto do 25 de Novembro na autonomia regional açoriana”
 Moderador: Dr. Bolieiro
 Oradores: Prof. Jorge Miranda e Dr. Aguiar Rodrigues

30 NOV. | 20H30 **SALÃO NOBRE DA CÂMARA DE ANGRA DO HEROÍSMO**
“Impacto do 25 de Novembro na autonomia regional açoriana”
 Moderador: Dr. Miguel Monjardino
 Oradores: Prof. Jorge Miranda e Dr. Álvaro Monjardino

2 DEZ. | 18H **UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA – IPRI**
“Impacto do 25 de Novembro na Política Externa portuguesa”
 Com Prof. Ana Mónica Fonseca, Prof. Daniel Matos,
 Dr. Miguel Monjardino, Prof. Lívia Franco

4 DEZ. | 9H30 **FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN**
“O 25 de Novembro e a Comunicação Social”
 Maria João Avilez, Dinis de Abreu, José Manuel Fernandes e Mário Mesquita
“O 25 de Novembro, 40 anos depois”
 Com Dr. Artur Santos Silva, General Rocha Vieira,
 Prof. António Barreto, Dr. Francisco Pinto Balsemão